

Educação inclusiva: o problema não é o princípio, são as condições

written by Clara Boavista | 17 de Abril, 2026

OCIDADÃO
Journalism Livre

OPINIÃO
Clara Boavista



Portugal é frequentemente apresentado como um exemplo internacional no domínio da educação inclusiva. No entanto, muitas escolas mostram que entre o princípio e a prática continua a existir uma distância significativa.

Com a aprovação do Decreto-Lei n.º 54/2018, o país assumiu um princípio claro: todos os alunos devem aprender juntos na escola pública, independentemente das suas necessidades ou dificuldades. O princípio é difícil de contestar. Uma escola verdadeiramente democrática deve ser capaz de acolher a diversidade dos seus alunos.

Ainda assim, quando se observa a realidade das escolas, surge

uma questão inevitável: estará o sistema educativo preparado para cumprir aquilo que a própria lei estabelece? Alguns dados recentes ajudam a compreender melhor esta realidade.

Segundo um levantamento divulgado pela Federação Nacional dos Professores junto de diretores de escolas, 27,1% das turmas com alunos com necessidades educativas não cumprem as regras previstas na lei. Em várias situações, as turmas ultrapassam o número máximo recomendado ou concentram mais alunos com necessidades educativas do que o permitido, o que dificulta a atenção individualizada que a inclusão exige.

Mais concretamente, 12,4% das turmas têm mais de 20 alunos, 8% incluem mais de dois alunos com necessidades educativas e 6,7% acumulam simultaneamente as duas situações. Estes números mostram que, apesar da existência de regras claras, muitas escolas enfrentam dificuldades estruturais para as aplicar.

A falta de recursos humanos constitui outro dos principais obstáculos. No mesmo levantamento, 74,3% dos agrupamentos escolares afirmam não ter professores de educação especial suficientes, enquanto 71,6% dizem não conseguir contratar docentes para essas funções, mesmo quando existem horários disponíveis. A escassez de profissionais especializados torna mais difícil garantir o acompanhamento pedagógico adequado aos alunos que necessitam de apoio específico.

As dificuldades estendem-se também a outros profissionais essenciais ao funcionamento das escolas. De acordo com o mesmo estudo, 77% das direções escolares afirmam não ter assistentes operacionais em número suficiente, uma realidade que pode afetar diretamente o apoio diário prestado aos alunos com maiores necessidades de acompanhamento.

Perante estes números, torna-se evidente que o debate sobre educação inclusiva não pode limitar-se à defesa de princípios gerais. A maioria dos professores, diretores e famílias concorda com a ideia de que todos os alunos devem ter lugar na

escola pública.

O verdadeiro desafio está nas condições concretas que permitem transformar esse princípio numa realidade.

Para os professores, esta situação traduz-se frequentemente numa pressão acrescida. Turmas numerosas e heterogéneas exigem estratégias pedagógicas diferenciadas, maior tempo de preparação e um acompanhamento mais próximo dos alunos. Muitos docentes procuram responder a este desafio com dedicação e criatividade, mas é legítimo perguntar até que ponto o sistema lhes oferece as condições necessárias para cumprir plenamente essa missão.

A educação inclusiva representa um avanço importante na forma como a sociedade entende o direito à educação. Contudo, para que esse avanço se traduza em práticas efetivas, é indispensável que as políticas educativas sejam acompanhadas pelos recursos adequados. Sem investimento em profissionais especializados, sem turmas equilibradas e sem apoio técnico suficiente, o risco é que a inclusão dependa sobretudo do esforço individual de quem trabalha nas escolas.

É precisamente aqui que o debate público sobre educação inclusiva deve concentrar-se: é necessário deslocá-lo do plano dos princípios para o plano das condições.

Mais do que discutir se a inclusão é desejável – questão sobre a qual existe amplo consenso – importa discutir se as escolas dispõem de professores, técnicos e recursos suficientes para a concretizar.

Sem essas condições, a inclusão corre o risco de permanecer um ideal consensual, mas dificilmente uma realidade plenamente vivida nas escolas.

Entre a ambição da lei e a realidade das escolas existe ainda uma distância considerável. Reduzi-la não é apenas uma questão administrativa ou financeira. É uma condição essencial para

que a promessa de uma escola verdadeiramente inclusiva deixe de ser apenas um princípio e passe a ser uma realidade para todos os alunos.